

opusdei.org

Uma conversa: O Opus Dei e a administração econômica

Giorgio Zennaro, administrador da Comissão Regional Italiana, explica nestas perguntas e respostas como é a administração financeira do Opus Dei.

20/08/2024

O boletim oficial da Prelazia do Opus Dei (*Romana*) publica informações anuais com dados financeiros da

Prelazia e com diversas explicações sobre o funcionamento econômico do Opus Dei e das entidades às que se presta assistência pastoral e espiritual. Nestes links podem-se ver as informações de cinco anos ([2022](#), [2021](#), [2020](#), [2019](#), [2018](#)).

No entanto, nem sempre é fácil entender essa forma de atuação, típica do Opus Dei, em que os fiéis desempenham um papel quase total na estruturação civil e na sustentação econômica das obras apostólicas, enquanto a presença institucional é basicamente inspiradora e busca animar e transmitir um espírito.

Para aprofundar a compreensão dessa realidade, reproduzimos uma conversa com Giorgio Zennaro, administrador da Comissão Regional da Prelazia do Opus Dei na Itália. As perguntas e respostas a seguir surgiram de algumas palestras que o

administrador ministrou a membros e amigos do Opus Dei durante as atividades formativas na região italiana. As explicações sobre a gestão financeira na Itália podem ser aplicadas analogamente a outras circunscrições da Prelazia, embora os detalhes específicos variem de acordo com a legislação de cada país.

1. Em poucas palavras, o que é o Opus Dei?

Respondo com uma imagem que o Fundador gostava: cristãos comuns comprometidos em viver sua fé em diversas situações e condições de vida, e tentando levar o amor de Deus a todos os lugares.

2 – Qual é o papel do administrador no governo do Opus Dei?

O administrador ou a procuradora são, respectivamente, membros do conselho de homens e de mulheres, que colaboram com o Vigário do Opus Dei em cada circunscrição. Embora o cargo tenha uma certa dimensão de “gestão” (supervisar as contas da Prelazia na circunscrição e garantir que haja fundos suficientes para o sustento do clero e das pessoas dedicadas em tempo integral ao governo), a sua tarefa é fundamentalmente de formação e se manifesta com a proximidade aos membros da Obra e às pessoas que promovem e desenvolvem iniciativas apostólicas.

O Opus Dei se ocupa da formação espiritual ministrada em lugares e projetos que – com raríssimas exceções – não são eclesiásticos, mas entidades civis de diversos tipos (educativas, formativas, assistenciais), promovidas e

administradas sempre de acordo com a legislação local.

O administrador deve garantir que os fiéis da Obra vivam pessoalmente a virtude cristã do desprendimento dos bens materiais e a sobriedade, em uma sociedade que, em muitos lugares do mundo, cedeu ao consumismo. Também para que as obras apostólicas pratiquem a solidariedade, cuidem dos mais necessitados e deem bom exemplo (com situações trabalhistas e fiscais justas).

3. De que forma?

Em primeiro lugar, incentivando os promotores das iniciativas apostólicas (membros do Opus Dei, cooperadores e outros benfeitores) a não desperdiçar recursos e a garantir um clima de sobriedade em tudo o que se realiza nessas obras. Seu papel também é orientar as pessoas que desejam apoiar financeiramente

as atividades apostólicas, indicando as iniciativas mais necessitadas.

Essas iniciativas procuram ser economicamente autossuficientes em sua gestão ordinária, de modo que o trabalho do administrador e da procuradora é aconselhar sobre questões materiais que afetam o espírito cristão ou as atividades de formação do Opus Dei.

4 – Por que dão tanta importância à autossuficiência econômica das iniciativas e trabalhos relacionados com a Prelazia?

Trata-se de um aspecto do espírito do Opus Dei, mais do que de uma questão econômica. São Josemaria, o Fundador, quis deixar bem claro que as iniciativas apostólicas devem depender de suas próprias forças, de acordo com a laicidade e a responsabilidade pessoal de quem as promove: cada iniciativa deve ser autônoma, isto é, não depender de

“instâncias superiores”, nem do ponto de vista econômico nem do ponto de vista da gestão e da organização. Isso está muito de acordo com o tão falado conceito de sustentabilidade a longo prazo.

5 – Então, podemos dizer que o administrador é o angariador de fundos (*fundraiser*) do Opus Dei?

A captação de recursos é feita pelas pessoas envolvidas em cada uma das iniciativas. O administrador pode dar uma mãozinha a alguma iniciativa que acabou de começar e estimular todas as outras, mas não é a essência do meu trabalho. Minha função é mais parecida com o que se chamaria de “desenvolvimento” em uma empresa, sem perder de vista os recursos humanos, porque o Opus Dei é o que as pessoas fazem.

Meu trabalho principal é formativo: incentivar as pessoas a trabalhar bem, ajudar as iniciativas apostólicas

a se desenvolver de acordo com as forças e os recursos disponíveis, sugerir como viver a generosidade cristã, a sobriedade e a responsabilidade social. De certa forma, “organizar a logística da caridade”.

6 – Onde os membros do Opus Dei realizam suas atividades apostólicas?

O Fundador dizia que o apostolado da Obra é um “mar sem margens”, e definiu o Opus Dei como uma “organização desorganizada”. A primeira área de evangelização para uma pessoa do Opus Dei é a própria vida, sua família, seus amigos, seus colegas de trabalho. Ajudar, aconselhar, acompanhar, servir, compartilhar, rezar. O que normalmente se entende por “atividades” vem em segundo lugar.

De acordo com o que foi dito acima, os membros promovem atividades

apostólicas em muitos lugares diferentes: em casas particulares, nos escritórios e consultórios profissionais de alguns dos participantes, nas igrejas da cidade, ao ar livre, em outros lugares públicos.

É por isso que seu apostolado é, por natureza, “desorganizado”. Basta pensar que o primeiro lugar onde São Josemaria começou a organizar atividades de formação para jovens foi nas mesas de um bar em Madri, em uma cafeteria.

7 – Para que servem os centros do Opus Dei?

Os centros permitem um mínimo de coordenação na “oferta” de formação. A palavra “centro” refere-se tanto às pessoas que participam das atividades de formação espiritual como à instituição que oferece o projeto de formação, e não tanto à sede ou ao edifício.

Quando falamos de “centros do Opus Dei” também nos referimos à casa onde vivem alguns numerários da Prelazia e onde também se realizam atividades como recolhimentos, aulas de doutrina e cultura, encontros de acompanhamento espiritual pessoal, catequese etc.

8. Quem paga por eles? Quem administra os centros?

Os centros onde vivem apenas alguns numerários são sustentados pelas pessoas que moram lá e por aqueles que os frequentam. São lugares que têm uma clara identidade civil e sua administração é semelhante à de uma família, em termos de autonomia e responsabilidade. Dizer que são “centros do Opus Dei” não se refere à propriedade, mas às atividades espirituais e formativas que ali se desenvolvem.

Como dizia antes, a administração econômica dos centros com uma

projeção formativa mais ampla é um pouco diferente: por exemplo, as residências universitárias são geridas de forma semelhante à de qualquer outra residência, com a mensalidade dos residentes etc.

9. Além das atividades promovidas pessoalmente, há também iniciativas apostólicas mais organizadas que têm um acordo de colaboração com o Opus Dei. Como e por que surgem?

Geralmente nascem em resposta a uma necessidade educativa, cultural ou social. Às vezes surgem por sugestão dos diretores da Obra, às vezes por iniciativa de alguns membros, sensíveis a um problema social específico.

Em qualquer caso, são as pessoas que buscam as soluções, promovendo uma nova iniciativa (por exemplo, criando uma fundação ou uma associação, reunindo fundos,

decidindo entre si sobre os diretores, solicitando permissão das autoridades civis etc.) e solicitam assistência espiritual e formativa da Prelazia. Fazem isso em colaboração com outras pessoas, mesmo não católicas ou não cristãs, que compartilham a mesma preocupação.

10 – Pode nos dar alguns exemplos de iniciativas apostólicas que você considera significativas na Itália?

Em Roma, duas dessas iniciativas são, por exemplo, o Campus Biomédico, uma universidade com sua clínica em regime de serviço nacional de saúde aberto a todos, onde se tenta cultivar a ciência a serviço da pessoa. E o Centro Elis, uma escola que vem formando gerações de jovens há mais de 50 anos, lançando-os no mundo das profissões.

Além disso, em toda a Itália há várias residências universitárias que oferecem aos estudantes uma formação complementar a do currículo acadêmico. Em todo o mundo, as iniciativas são variadas: centros educativos, escolas de formação, hospitais e outras atividades de promoção social, muitas das quais podem ser encontradas na África, na América Latina ou em áreas marginais de países economicamente mais estáveis. São uma manifestação da espontaneidade apostólica múltipla e variada, típica de cristãos que sentem como se fossem próprias as necessidades da sociedade.

11. Por que são chamadas obras “corporativas” ou coletivas? Qual é a relação entre a Prelazia do Opus Dei e essas atividades?

Essas atividades são iniciativas civis, sem fins lucrativos, com finalidade

educativa ou assistencial e orientação cristã e apostólica. São “coletivas” porque são realizadas por leigos da Prelazia junto com amigos e pessoas que compartilham seus objetivos. São realizadas de acordo com as leis em vigor, por cidadãos responsáveis que estão atentos às necessidades da sociedade.

Os promotores dessas atividades, que se inspiram nos ensinamentos de São Josemaria, pedem à Prelazia que se encarregue da orientação cristã e da formação espiritual que nelas se oferece. Dependendo do caso, pode haver um convênio ou acordo de colaboração entre os promotores e a Prelazia do Opus Dei, que especifique as modalidades desse tipo de vivificação cristã.

12 – Então essas iniciativas não são dirigidas pela Prelazia?

Não, não são dirigidas pela Prelazia, nem são propriedade do Opus Dei.

Todas essas iniciativas apostólicas (escolas, universidades, atividades sociais, residências universitárias etc.) são dirigidas por pessoas, membros ou não da Prelazia, nomeadas pelos órgãos das entidades proprietárias ou gestoras, que as escolhem porque estão em sintonia com a missão do projeto.

Essa é uma consequência lógica da importância atribuída à secularidade e à livre iniciativa dos leigos. O Concílio Vaticano II falou de “iniciativas apostólicas constituídas pela livre decisão dos leigos e governadas por seu julgamento correto e prudente” (*cf. Apostolicam actuositatem*, 24) e também afirmou que “por meio de tais iniciativas, em certas circunstâncias, pode-se cumprir melhor a missão da Igreja”.

Isso poderia ter sido organizado de outras formas igualmente legítimas, mas o Fundador quis que fosse

assim, a fim de enfatizar a responsabilidade dos leigos. Além disso, São Josemaria dizia que o Opus Dei, como tal, aspira a possuir o mínimo possível, refletindo assim de forma prática que a finalidade da Obra é exclusivamente espiritual.

13. O Opus Dei insiste em separar a instituição propriamente dita da gestão de iniciativas educativas, culturais, sociais etc. (escolas, universidades etc.) promovidas por alguns de seus membros. No entanto, no passado, a Obra esteve diretamente envolvida em algumas dessas iniciativas.

Em todas as instituições há uma evolução. Ao longo dos anos, o próprio Fundador esclareceu o papel de cada órgão na gestão do trabalho apostólico.

No início, ele mesmo incentivou algumas pessoas da Obra a que promovessem várias iniciativas

diretamente. Também promoveu o que então chamava de obras comuns e sociedades auxiliares, como forma de incentivar a participação dos leigos em trabalhos com impacto evangelizador na sociedade. Com o passar dos anos, ele compreendeu melhor que a verdadeira secularidade consistia em tornar os próprios leigos totalmente responsáveis por essas iniciativas, assumindo livre e autonomamente os desafios que elas implicavam, e decidiu abolir essa modalidade. Essa evolução está bem explicada no livro *História do Opus Dei*. É um novo caminho na Igreja, que pouco a pouco está se tornando realidade.

14. Mas então, de quem são os lugares onde se realizam as atividades apostólicas?

Os promotores de projetos apostólicos podem resolver a questão da sede de diversas maneiras, já que

os sistemas legais de cada lugar oferecem várias alternativas, especialmente se forem projetos grandes.

Geralmente, os proprietários das sedes dessas atividades apostólicas são as fundações e associações que promovem essas atividades. Outras vezes, pertencem a sociedades anônimas, sociedades limitadas, cooperativas... dependendo da solução mais adequada, na opinião de seus promotores. No caso das sociedades limitadas, aqueles que compram ações ou participações fazem isso sabendo que estão participando de um investimento social, ou seja, sem especulação ou fins lucrativos, o que geralmente está previsto em seus estatutos. Não quero dizer que elas tenham que ter prejuízo, mas que suas assembleias geralmente decidem que qualquer lucro deve ser reinvestido no projeto social da empresa. Isso é motivado

pelo desejo de que essas empresas perdurem ao longo do tempo; para isso, elas devem operar de forma equilibrada e gerar recursos para se manter e se desenvolver, como qualquer iniciativa privada. Muitas vezes as atividades apostólicas são realizadas em instalações alugadas (como é o caso, por exemplo, da Pontifícia Universidade da Santa Cruz, em Roma).

15. Há quem diga que isso seria uma espécie de artifício, com a intenção de tornar menos claro o “perfil financeiro” do Opus Dei, que na realidade seria uma grande “potência econômica”....

Sua afirmação se refere a um aspecto que me parece importante. A perspectiva da Prelazia sobre esse assunto é um pouco “revolucionária” e, por isso, talvez nem todos a compreendam imediatamente. O que impediria o Opus Dei, como outras

instituições da Igreja, de assumir a propriedade e a gestão dos bens utilizados em suas atividades apostólicas? Nada. Então, por que não o faz? A resposta é porque não quis.

Creio que a questão pode ser compreendida a partir dos Estatutos do Opus Dei, que afirmam que os instrumentos apostólicos são de responsabilidade de seus proprietários e administradores, que utilizam bens e recursos que adquirem por iniciativa própria, e de outras formas também de natureza civil. Além disso, os Estatutos afirmam que a Prelazia não é ordinariamente proprietária dos bens e outros instrumentos nos quais se realizam as iniciativas que contam com sua assistência espiritual (cf. n. 122). Na realidade, o Opus Dei, enquanto tal, não precisa possuir esses instrumentos, embora seja

perfeitamente legítimo que os possua.

Esta é uma das novidades que o Opus Dei incentiva: promover e reforçar a responsabilidade pessoal dos cristãos que, sem terem necessariamente um “selo oficial” da Igreja, se comprometem a realizar pessoalmente iniciativas sociais, educativas etc., de clara inspiração cristã, utilizando as suas próprias capacidades e arriscando os seus próprios investimentos. Isso é o que o Concílio Vaticano II assumiu como algo próprio dos leigos na Igreja no texto que citei acima.

16. Mesmo assim, por trás das fundações que se criam para ajudar as iniciativas apostólicas ou outras atividades formativas do Opus Dei, há quem veja “coberturas” para evitar a transparência dos supostos fundos

do Opus Dei. Como o senhor responderia a isso?

Eu responderia explicando a realidade: cada iniciativa apostólica busca a maneira mais adequada de garantir sua sustentabilidade, como acontece em tantas outras instituições ligadas ou não à Igreja. Por exemplo, quase todas as universidades do mundo são apoiadas por fundações ou entidades que permitem o recebimento de doações para a realização de determinados projetos.

Por exemplo, a Pontifícia Universidade da Santa Cruz recebe apoio de várias fundações criadas para canalizar doações para o apoio da universidade e, em geral, para a formação de sacerdotes, como a Fundação CARF (Espanha), a Fundação Santa Croce (Canadá) ou a Priesterausbildungshilfe e.V. (Alemanha).

Em outros lugares, os membros do Opus Dei criaram fundações para que as pessoas que quiserem possam colaborar com os diversos instrumentos apostólicos nos quais se desenvolvem as atividades de formação espiritual da Prelazia. É o caso da Woodlawn Foundation, nos Estados Unidos, ou da Netherhall Educational Association, na Inglaterra, cuja missão é clara e transparente.

Por outro lado, existem outras fundações promovidas por membros da Obra com outras pessoas para realizar diversos projetos relacionados com o bem comum, que podem ou não estar relacionados com o Opus Dei, ou alguns projetos podem ou não estar relacionados com o Opus Dei. Um exemplo são as fundações criadas por Luis Valls-Taberner na Espanha.

Na Itália, ainda há poucos exemplos. Um deles é a Fundação Universitária Biomédica, criada por Joaquín Navarro Valls para apoiar universidades e centros médicos, como o Campus Biomédico, em Roma. Pessoas que decidiram deixar seu legado para criar projetos de acordo com seus sonhos e ideais.

Em qualquer um dos casos mencionados acima, quem quiser ver “coberturas” verá “coberturas”, mas a realidade é que se trata de iniciativas livres de pessoas livres gerenciadas por seus promotores, com critérios de transparência e legalidade idênticos aos de outras entidades semelhantes no respectivo país. Para explicar também a partir uma perspectiva negativa, no caso hipotético de uma entidade proprietária ou gestora de um desses instrumentos querer deixar de contribuir ou colaborar com uma iniciativa do Opus Dei, o Opus Dei,

não sendo proprietário ou gestor, não poderia reclamar nada.

Como disse anteriormente, qualquer outra forma legal de se organizar seria perfeitamente legítima. Mas se o Opus Dei escolheu o caminho de não acumular patrimônio, é porque responde melhor a um desejo fundamental, que se expressa de forma igualmente legítima e plenamente de acordo com a lei. Há duas razões para isso. Em primeiro lugar, a Obra quer que seu trabalho apostólico seja um instrumento civil pelo qual os leigos sejam plenamente responsáveis, sem envolver a estrutura eclesiástica. Em segundo lugar, a Obra quer possuir o menor número possível de ativos (somente aqueles que são estritamente necessários).

Certamente, esse modo de organização exige um esforço maior de explicação, mas acreditamos que

vale a pena. Por outro lado, é verdade que algumas entidades ou fundações poderiam comunicar melhor a sua natureza e a sua relação com o Opus Dei e, assim, evitar a percepção mencionada na pergunta.

17. Afirma-se a separação entre essas fundações e a Obra como tal; no entanto, nos órgãos de governo dessas fundações, às vezes encontramos pessoas com cargos institucionais no Opus Dei.

É claro que isso é possível, mas sua participação em tais órgãos não se deve à sua posição em um órgão de governo do Opus Dei, mas porque compartilham certos ideais e projetos, os ideais e projetos que deram origem à criação desses órgãos.

Em todo caso, um diretor da Obra que seja membro do comitê diretor estaria sujeito às mesmas exigências

e requisitos que qualquer outro membro desse comitê, como é óbvio, e não responde por essa tarefa ao Prelado ou à autoridade do Opus Dei, mas ao corpo diretivo da entidade.

18. Voltando às iniciativas educativas, sociais etc.: quem toma as decisões em matéria econômica? Como se controla a atividade?

As decisões relativas à iniciativa em si (estratégicas, econômicas, sociais) não são tomadas pelos responsáveis pelo governo do Opus Dei, mas pelas pessoas que as dirigem. São elas que estabelecem as linhas de gestão, enquanto o Opus Dei seria algo como um aliado ou curador, que zela pela permanência da inspiração cristã da entidade promotora e dá apoio espiritual e doutrinal à sua atividade. Isso significa, entre outras coisas, que a Prelazia não quer nem deseja dispor de meios jurídicos para se

impor a seus conselhos e/ou diretores fora do papel inspirador que lhe é conferido pelos acordos de cuidado pastoral que estabelece com essas iniciativas apostólicas.

19. O senhor realmente não é consultado sobre cada operação que as iniciativas realizam?

Não. Um exemplo pessoal: li nos jornais sobre o investimento feito pelo Campus Biomédico no robô “HUGO”, um instrumento de ponta para operações cirúrgicas delicadas. Esse é um investimento substancial do ponto de vista econômico e reflete uma estratégia precisa dos órgãos de administração do Campus Biomédico, sobre a qual os diretores da prelazia não têm nada a dizer. De fato, ninguém me perguntou antes ou depois disso. Não estou dizendo que não exista uma consulta e um diálogo de confiança entre os promotores do Campus Biomédico e

os diretores do Opus Dei sobre questões que afetam a identidade cristã e formativa: pelo contrário, existe um acordo escrito que regula as modalidades desse diálogo e define as competências.

20. Então, os promotores das iniciativas são autônomos?

Sim, é isso mesmo. Além disso, observe que essa é a maneira usual de proceder quando falamos de iniciativas civis dos fiéis leigos. Certamente faz parte do espírito do Opus Dei que qualquer atividade comercial, profissional etc., de um membro da Prelazia – de motorista de táxi a empresário – esteja necessariamente fora da esfera de competência dos diretores do Opus Dei.

21 – Pode explicar bem o que significa que o Opus Dei se encarrega da orientação cristã

dessas iniciativas, cuidando da formação cristã que é dada?

Significa que a Prelazia do Opus Dei zela para que a atividade desenvolvida nessas iniciativas busque viver um autêntico espírito cristão.

22. De que maneira?

Em primeiro lugar, oferecendo uma sólida formação cristã, disponibilizando sacerdotes que trabalhem como capelães dessas iniciativas, e procurando incentivar as pessoas que trabalham e colaboram nessas iniciativas a agir tendo em conta os valores evangélicos, inclusive, por exemplo, em matéria de justiça social.

Na prática, muitas vezes acontece que os promotores destas iniciativas procuram também o conselho e a orientação dos diretores do Opus Dei, porque querem manter o carisma, já

que cada uma destas obras apostólicas se inspira na mensagem de São Josemaria. E, evidentemente, facilitando a coordenação de atividades espirituais, como retiros e círculos de formação.

23. Quem sustenta financeiramente essas iniciativas apostólicas?

Essas iniciativas são sustentadas principalmente pela renda das atividades que se desenvolvem nelas, de acordo com os procedimentos e leis inerentes a atividades similares no país: pagamentos, cotas sociais, subsídios públicos e privados.

Em muitos casos, para ajudar a cobrir suas necessidades ordinárias ou investimentos (ampliação, reformas etc.), também são criados fundos fiduciários, apoiados pela generosidade de vários doadores.

24. A Prelazia do Opus Dei indica aos seus fiéis que iniciativas ou atividades deve apoiar?

A Prelazia incentiva os membros, cooperadores e outros que participam de atividades de formação a contribuir para o apoio financeiro das atividades apostólicas. Cada doador decide então, de forma responsável, o que fazer.

25. As iniciativas apostólicas são, portanto, “autogerenciadas” e autônomas. Mas a Prelazia do Opus Dei como tal tem seu próprio orçamento?

Sim, a Prelazia tem suas próprias contas: a maior parte das despesas diz respeito à manutenção das sedes de governo da Prelazia do Opus Dei e das pessoas que se dedicam em tempo integral ao governo (para esse item, na Itália, em 2023, foram gastos cerca de 890.000 euros). Outro item diz respeito ao clero: na Itália, há 70

sacerdotes incardinados na Prelazia, a maioria dos quais é sustentada pelos fiéis numerários com os quais vivem, nos vários centros: uma parte continua a ser suportada pela Prelazia do Opus Dei (a despesa em 2023 foi de cerca de 285.000). O gasto total em 2023 foi de cerca de 1.210.000 euros.

26 – Parece uma cifra baixa, considerando o número de iniciativas apostólicas do Opus Dei na Itália...

Por mais alta ou baixa que pareça, essa é a verdade, se tivermos em conta que cada iniciativa – como eu disse antes – é autônoma e independente, com seu próprio orçamento. Tentar fazer uma espécie de balanço “consolidado” seria contrário à realidade de direito e de fato, porque cada iniciativa conta com seus próprios recursos.

27 – Quem sustenta economicamente o Opus Dei?

Lembro que cada membro do Opus Dei é sustentado pelo seu próprio trabalho ou pelas pensões que lhe correspondem por aposentadoria, viuvez, invalidez etc. As despesas gerais da instituição, por outro lado, são cobertas pelas contribuições dos membros e amigos. Como cristãos, eles decidem apoiar a instituição da qual recebem formação cristã com esmolas, assim como apoiam sua paróquia e outras iniciativas e instituições da Igreja.

Cada um ajuda como pode e quer. Cerca de 75% dos membros do Opus Dei são supernumerários, em sua maioria casados, para os quais a santificação dos deveres familiares é parte fundamental de sua vida cristã: eles dão às iniciativas apostólicas, ou diretamente à Prelazia, a quantia que desejarem, depois de terem provido

suas próprias despesas e as necessidades de suas famílias. Não existe uma “cota fixa”, porque o montante específico da contribuição depende das circunstâncias e da liberdade de cada pessoa: é uma questão de generosidade e de discernimento pessoal.

28 – Mas é verdade que os numerários e adscritos dão tudo o que ganham para a Obra?

Como sabe, a maioria dos numerários vive nos centros ou residências, enquanto os adscritos costumam ficar com suas próprias famílias, ou onde for mais adequado à sua situação profissional. Mas ambos fazem do Opus Dei sua própria família. Vivem do seu trabalho profissional e doam o que podem, depois de terem coberto as suas despesas, em primeiro lugar, as despesas de suas casas. Comprometem-se a destinar o

restante a atividades sociais, educativas e apostólicas promovidas pela Prelazia do Opus Dei e dignas de apoio, ou, quando necessário, à manutenção da própria Prelazia, para cobrir as despesas que mencionei anteriormente.

29 – E estão obrigados a fazer um testamento a favor do Opus Dei?

No momento de sua incorporação definitiva ao Opus Dei, pede-se aos numerários e adscritos que façam um testamento, e se lhes recorda sua total liberdade para destinar o que têm a quem quiserem (obras apostólicas, família etc.).

Dentro dessa liberdade total, parece-me natural que pessoas que dedicaram alegremente suas vidas a Deus por meio de uma instituição da Igreja tenham o desejo de destinar tudo ou parte de seus bens a iniciativas apostólicas que possam estar mais necessitadas. Minha

experiência é que isso é vivido com grande liberdade e há vários casos de acordo com as diferentes circunstâncias da vida.

30. Se um membro não tem possibilidade de contribuir, o que acontece?

Não acontece nada, absolutamente nada. Há muitas pessoas no Opus Dei que têm dificuldade em arcar com as despesas. Alguns oferecem o fruto de algum pequeno sacrifício, como deixar de tomar um café, pegar um ônibus... quantias aparentemente irrisórias, mas de grande valor espiritual, como a oferta da viúva que foi elogiada por Jesus no Evangelho.

31 – É verdade que há pessoas ricas no Opus Dei?

No Opus Dei há pessoas que podem ser consideradas como tal. E há também os pobres: mais ou menos

toda a sociedade está representada. Eu diria claramente que a maioria dos fiéis do Opus Dei na Itália pertence à classe média. E, nestes tempos de crise, há também muitos desempregados à procura de trabalho.

32. Mas por que às vezes quem entra em um centro do Opus Dei tem a impressão de estar entrando em uma casa bonita e rica? Onde está a sobriedade?

A mensagem do Opus Dei nos convida a cuidar das pequenas coisas, inclusive as materiais, como manifestação de amor a Deus e aos outros. Tentamos fazer com que as sedes de cada centro e cada obra reflitam essa característica, de acordo com sua função, sem luxo e com atenção ao contexto: uma universidade não é a mesma coisa que uma escola primária.

A sobriedade refere-se, em primeiro lugar, à vida pessoal de cada um. E a austeridade também se manifesta na tentativa de fazer com que as coisas durem por muito tempo, de cuidar delas.

Um episódio que aconteceu em Roma, no que hoje é a sede da Prelazia: quando os antigos proprietários voltaram para visitar a casa, comentaram: “Que piso bonito, vocês o trocaram? Não, foi a resposta, é o mesmo de antes, mas limpo...”.

33. Uma última pergunta: por que se diz com frequência que o Opus Dei é rico?

Talvez porque não sabem de primeira mão o que é a Prelazia e o que ela faz. Talvez essa percepção decorra da confusão entre os bens pessoais de alguns membros do Opus Dei com os da instituição, que são duas coisas completamente

diferentes. Além disso, muitas vezes se olha para um edifício bem acabado e não se sabe que foi construído com um empréstimo, tendo os próprios promotores como fiadores.

Em todo caso, tudo o que o Opus Dei apoia é a realização de uma tarefa de serviço, educação e evangelização, aberta a todos. E é essencial considerar sempre a Obra como aquilo que ela é: uma instituição da Igreja que está ao serviço da Igreja.

pdf | Documento gerado automaticamente de <https://opusdei.org/pt-br/article/uma-conversa-o-opus-dei-e-a-administracao-economica/> (04/04/2026)